

## **NÃO FOI POR FALTA DE ALERTA**

Senhor presidente.

Senhoras e senhores deputados.

Há tempos venho alertando para a situação dramática que a população de Dourados enfrenta quando se trata de saúde pública. Os insistentes alertas que faço aqui, infelizmente não têm sido suficientes para alterar a realidade. Mas eu não desisto, porque compreendo que essa é a minha obrigação.

O principal jornal do Mato Grosso do Sul, o Correio do Estado, estampa na edição de hoje o que certamente se tornará em mais uma crise para a saúde municipal de Dourados: Dois dos principais hospitais da cidade, o Da Vida e o da Mulher, terão o seu funcionamento prejudicado por força de uma decisão do Conselho Regional de Medicina que impôs aos médicos douradenses uma interdição ética. Traduzindo num português claro, nenhum médico estará autorizado a fazer atendimentos nestes dois hospitais pelo simples motivo de que os hospitais até hoje não tem diretores clínicos.

O que parece ser uma atitude autoritária do CRM, não é. Há vários meses o Conselho Regional de Medicina vem fazendo gestões unto às autoridades municipais de dourados para que a situação seja resolvida. E ninguém tomou uma providência. Há trinta dias, o CRM deu um ultimato e estabeleceu um prazo de um mês para que o município desse uma solução para o problema. Outra vez o prazo foi ignorado.

Agora, diante da possibilidade de um prejuízo de proporções incalculáveis à população, uma reunião foi marcada pelo Ministério Público, envolvendo as várias partes inseridas na questão para tentar achar uma saída. Tudo isso está acontecendo porque a fórmula encontrada pelo município, pela atual gestão, foi terceirizar boa parte dos serviços que o próprio poder público deveria estar fazendo. Ao comprar serviços de hospitais particulares para fazer o que deveria ser feito pela estrutura pública, o município transfere a responsabilidades e deixa de cumprir o seu papel legal.

Argumentar que os hospitais estão sob a coordenação do Hospital Evangélico e que este é quem deve explicações ao CRM não basta. O que parece ser uma disputa burocrática na verdade ganha ares de drama

quando se tem a consciência de que a população que precisa de assistência médica é quem vai, mais uma vez pagar o preço do descaso.

Em minha luta pessoal por mudar esse quadro de coisas tenho trabalhado aqui em Brasília para garantir recursos que permitam ao poder municipal se estruturar para atender como deve a população. Mas devo confessar que todo o meu esforço tem parado na máquina burocrática que emperra o andamento de licitações e impede que as melhorias sejam alcançadas.

Ontem mesmo tive uma reunião com vereadores na Câmara de Dourados para pedir ajuda na fiscalização desses processos. Não basta apenas conseguir os recursos que faltam para a saúde. É preciso fazer com que as autoridades municipais cumpram aquilo que a lei determina, façam a sua parte dentro da legalidade e garantam que os projetos obtidos no papel se transformem em realidade para quem mais precisa.

Vou continuar acompanhando de perto essa questão. Porque é a minha área de atuação como médico, mas também porque é meu dever, como representante do povo de Dourados e como cidadão.

Muito obrigado.

Deputado Geraldo Resende.